

## Sobre o conflito no Oriente Médio

HENRIQUE RATTNER\*

### A EVOLUÇÃO DAS FRONTEIRAS

Antes da Guerra dos Seis Dias (1967)



→ A faixa de Gaza é controlada pelo Egito. A Cisjordânia (incluindo Jerusalém Oriental) é administrada pelo governo da Jordânia

Após a Guerra dos Seis Dias



→ Israel derrota os Exércitos vizinhos e toma a faixa de Gaza e a Cisjordânia, incluindo a porção leste de Jerusalém

Depois dos acordos de paz



→ Desde os acordos de Oslo (Noruega, 93), já foram transferidos para os palestinos dois terços de Gaza e 40% da Cisjordânia



HENRIQUE RATTNER é professor da FEA (USP) e membro da Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças (ABDL).



## **Introdução**

Face à escalada desenfreada de violência e ódio no conflito que opõe israelenses e palestinos ao longo dos últimos dezoito meses, impõe-se uma análise de origens e da evolução do conflito, dos atores intervenientes e seus objetivos e valores subjacentes.

A ofensiva militar de Israel contra os territórios e as principais cidades palestinas, justificada perante a opinião pública mundial como um esforço de destruir a “infraestrutura” do terrorismo certamente não prima por uma visão estratégica e política capaz de conduzir a um futuro consenso, com base em um diálogo mediado por representantes das Nações Unidas e outras organizações internacionais. Apesar da resolução recente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, favorável à criação de um Estado palestino ao lado do Estado de Israel, a tragédia mortífera no Oriente Médio prossegue aparentemente sem solução à vista. O texto procura esclarecer os fatos e estimular a discussão do problema que se tornou mundial em suas implicações.

## **Os antecedentes históricos**

Contrariamente ao senso comum, os conflitos entre judeus-israelenses e árabes-palestinos não surgiram apenas nos últimos anos, mas têm um histórico de mais de um século.

O início da colonização impulsionada pelos ideais zionistas – o retorno à terra bíblica, a volta à terra, tendo a agricultura como fonte principal de sustento e a cooperação dos produtores como base de uma sociedade mais justa – levou ondas sucessivas de “pioneiros” para a Terra Santa, desde o final do século XIX.

Naquela época, a região estava sob o domínio do sultão, dos Turcos Otomanos, esparsamente povoada por agricultores palestinos no lado ocidental, que seria

posteriormente declarado como Estado de Israel, e por beduínos nômades na parte oriental, transformada pelos Ingleses no reino da Transjordânia, no final da Primeira Guerra Mundial.

Na primeira metade do século vinte, cresceu a população judaica da Palestina, em decorrência das ondas de perseguição e massacres, na Rússia Czarista e na Europa Oriental, impulsionando o movimento zionista, fundado na última década do século XIX, em Basileia, na Suíça. Em 1917, em plena guerra mundial, a Grã-Bretanha divulgou a “Declaração Balfour” em que declarava ver com simpatia o estabelecimento de um “lar nacional” para os judeus na Palestina. Mas, concomitantemente, aumentou também a população árabe, por crescimento vegetativo e por imigração dos países vizinhos, mais pobres e economicamente mais atrasados. Ataques às colônias estabelecidas pelos pioneiros ocorreram esporadicamente, ganhando maior ímpeto e adesão em 1929, nas cercanias de Jerusalém e em 1935-36, as vésperas da Segunda Guerra Mundial, o que levou o governo britânico a editar o “livro branco”, restringindo a imigração de judeus, apesar de números crescentes de refugiados da Alemanha nazista e da Europa Central e Oriental.

Durante a Segunda Guerra, houve movimentos militares anti-britânicos no Egito e no Iraque favoráveis à Alemanha, cujas tropas estavam avançando em direção ao Canal de Suez pelo Norte da África, chegando às portas de Alexandria, e pelas estepes da União Soviética, em direção aos poços de petróleo, no Cáucaso. Reprimidas as revoltas dos oficiais egípcios e iraquianos, os ingleses passaram a apoiar-se na população judia da Palestina, em cujo território instalaram bases operacionais e amplas instalações de condicionamento de tanques e



artilharia, destroçados pelos blindados alemães do General Rommel. Ademais, criaram uma Brigada Judaica, para serviços de suporte às tropas combatentes no Norte da África.

Terminada a guerra e reveladas as dimensões apocalípticas do Holocausto, a pressão da opinião pública mundial e sobretudo, da americana, levaram a Assembleia Geral da ONU a aprovar em 1947 um plano de partilha da Palestina, em um Estado judeu e outro palestino. Convém frisar que todo o território não passava de 27.000 km<sup>2</sup>, dos quais pelo menos 1/3 se situava no deserto de Neguev. Com o fim do mandato inglês e a retirada das tropas britânicas irrompeu a guerra da independência, em que o novo Estado de Israel enfrentou os exércitos do Egito, Síria, Transjordânia, Líbano, Iraque e os próprios palestinos, muitos dos quais foram induzidos a abandonar seus lares, na expectativa de um próximo retorno com a vitória dos exércitos árabes.

Assim, segundo Meron Benvenisti, historiador israelense, “...dezenas de vilarejos, centros urbanos e 400.000 hectares de terras cultiváveis foram abandonados por seus habitantes – cerca de 600.000 – que se transformaram em refugiados, nos próprios países árabes”. É esta massa de refugiados, estimados em 3 milhões espalhados nos campos do Líbano, da Jordânia e da faixa de Gaza, que constitui o problema mais espinhoso nas negociações sobre o futuro da relação entre Israel e o Estado palestino a ser criado. No fim da guerra, com o armistício imposto pelas Nações Unidas, Israel ocupava, além de sua parte, também áreas cedidas aos palestinos pelo plano da partilha. Em 1956, numa guerra relâmpago contra o Egito de Gamal A. Nasser, as tropas israelenses chegaram até o Canal de Suez, recentemente nacionalizado pelo Egito, o que provocou

a reação da França e Grã-Bretanha que se juntaram à guerra ao lado de Israel. Nesse impasse, Nasser foi salvo pela intervenção diplomática conjunta dos EUA e da União Soviética que forçaram a retirada das tropas estrangeiras do território egípcio.

Em 1967, eclodiu um novo conflito, em que Israel enfrentou os exércitos do Egito, Síria e Jordânia, conquistando as colinas do Golan no Norte, a faixa de Gaza e o deserto do Sinai do Egito e a Cisjordânia, incluindo a parte árabe de Jerusalém, da Jordânia.

Longe de aplacar os ressentimentos e desejos de vingança, a vitória na “guerra dos seis dias” deu origem a um movimento de irredentismo e ações de terrorismo por parte dos palestinos, apoiados com armas e recursos financeiros pelos países árabes, mas que não se dispuseram a acolher e integrar os refugiados. Ao contrário, em setembro de 1971 ocorreu um massacre de milhares de palestinos nos campos de refugiados, pelas tropas do rei Hussein, na Jordânia.

Novamente, em 1973, os exércitos árabes do Egito e da Síria lançaram uma ofensiva-surpresa, durante o feriado judaico de Yom Kippur. Embora inicialmente bem-sucedido devido ao efeito surpresa, as tropas árabes foram derrotadas e milhares foram feitos prisioneiros de guerra.

Mas, em 1977, com a intervenção do presidente J. Carter, o governo israelense (do conservador M. Begin) iniciou conversações com o Egito, com o resultado de um acordo de paz e a devolução do Sinai.

Em 1982, sob o comando do atual primeiro ministro, o então general Ariel Sharon, as tropas israelenses invadiram o Líbano, chegando à capital Beiruth, quando a milícia cristã massacrou milhares de palestinos, sem que os



israelenses intervissem para deter a fúria dos milicianos. A ocupação da parte meridional do Líbano prolongou-se até 2000, caracterizada por ataques às cidades e colônias israelenses pelas milícias Hizbollah (os soldados de Deus) até a desocupação militar do território.

Entretanto, após gestões prolongadas de diplomatas escandinavos, israelenses e palestinos iniciaram em 1993 um processo de paz que previa a retirada gradual de Israel dos territórios, em troca de reconhecimento pelos palestinos do Estado judeu. Mas enquanto prosseguiram as reuniões intermitentes, mediadas pelo presidente Clinton, os israelenses (mesmo sob o governo trabalhista de I. Rabin) continuaram com a política de assentamentos na Cisjordânia e em Gaza, enquanto os palestinos não pararam sua estratégia de atentados. Em julho de 2000, o então primeiro ministro Ehud Barak avançou na oferta de devolução de até 95% dos territórios e de divisão da soberania sobre Jerusalém – um ato que quase certamente teria sido vetado pelo Parlamento – que foi rejeitado por Yasser Arafat. Em consequência, Barak perdeu a maioria no Parlamento, o que levou à ascensão de Sharon e da ala dos grupos mais radicais, na condução da guerra e da política israelense.

Às vésperas da visita de Colin Powell ao Oriente Médio, os palestinos intensificaram os atentados suicidas a alvos civis e o exército de Israel ocupou as principais cidades da Cisjordânia, na caça aos terroristas.

Dos dois lados predominam os extremistas, o que afasta cada vez mais as chances de paz. Arafat parece ter perdido o controle dos grupos radicais, enquanto Sharon não dá sinais de ter renunciado à manutenção dos assentamentos nos territórios ocupados. Quais são então as chances de um armistício que levaria à

negociação de paz? À complexidade dos problemas em jogo – assentamentos, devolução de territórios, Jerusalém, refugiados – vem acrescentar-se o peso dos atores políticos, internos e externos, que complicam ainda mais o cenário político e estratégico. A visão e ação norte-americanas expressas na doutrina de Bush, de “guerra contra o mal” embaralha o jogo, enquanto estimula e legitima a escalada militar de Israel, supostamente alinhado ao combate universal contra o terrorismo.

### **Os atores sociais em confronto**

Quando os ingleses abandonaram seu mandato e se retiraram da Palestina, as Nações Unidas recomendaram a divisão em dois Estados, um judeu e um árabe, de acordo com a concentração demográfica das respectivas populações. Os árabes recusaram a partilha, lançando-se em uma guerra em que prometiam “jogar os judeus no mar”. No final do conflito e o cessar-fogo de 1949, a Jordânia tinha ocupado a Cisjordânia e a parte oriental de Jerusalém e o Egito, a faixa de Gaza.

Durante os dezoito anos que se seguiram, não houve nenhuma tentativa por parte dos países árabes de integrar e assentar pelo menos parte dos refugiados palestinos, enquanto Israel recebeu entre 500-600.000 refugiados judeus, expulsos dos países árabes, desde o Maghreb até o Iraque.

A vitória relâmpago de Israel na guerra dos 6 dias não melhorou o cenário. Ao contrário, reunidos em Khartum-Sudão, os líderes árabes responderam às ofertas de paz com os “três não’s”: não reconhecimento, não negociar e não à paz com Israel.

O breve interregno aberto após a guerra de Yom Kippur em 1973, com as negociações e a conclusão da paz entre o Egito de A. Sadat e M. Begin, respectivamente presidente e primeiro-



ministro, pareciam inaugurar uma nova fase nas explosivas relações entre árabes e judeus. Entretanto, uma nova Intifada prolongou o impasse entre palestinos e israelenses, até o início das negociações de Oslo, em 1993.

Militarmente derrotados, os palestinos mantiveram a exigência de uma total retirada de territórios ocupados, contando com o apoio não só dos países árabes, mas também das organizações internacionais, da União Europeia e dos próprios Estados Unidos.

Por mais complexa e intratável que pareça a situação, a solução mais provável a ser negociada é a criação do Estado palestino, conforme a proposta do príncipe Saudita Abdulla, em troca do reconhecimento de Israel e da normalização de suas relações diplomáticas e comerciais com todos os países árabes.

Entretanto, o quadro complicou-se no seio dos militantes palestinos, com o surgimento, no início de 2002, das Brigadas dos Mártires, de Al Aqsa, uma organização secular, cujos ativistas de base vêm de organizações locais, sem coordenação do escalão político superior. Embora reconheçam Arafat como líder nacional, negam uma relação direta entre ele e as Brigadas. Consideram a resistência armada como forma de luta para promover objetivos políticos, a partir da premissa que esta não se resumirá com os acordos de Oslo. Não compartilham com a linha dura de outros grupos ( Hamas e Jihad) que querem a destruição de Israel e aceitam a participação de mulheres na luta.

A repressão “linha dura” de Sharon levou a uma aliança estratégica entre os grupos armados opostos no cenário político palestino. A investida do exército de Israel nos territórios impeliu os militantes nacionalistas (Tanzin, Brigadas dos

Mártires de Al Aqsa) e os extremistas islâmicos ( Hamas, Jihad) a superarem suas diferenças ideológicas, atuando como uma frente comum e deixando temporariamente as disputas sobre as características do futuro Estado palestino. Enquanto o Hamas preconiza a libertação da Palestina e a criação de um Estado Islâmico, do Mediterrâneo até o rio Jordão, o Tanzim- braço armado do Fatah, partido de Arafat - quer expulsar tropas e colonos israelenses dos territórios ocupados em 1967, para criar, ao lado de Israel, um Estado laico, com capital em Jerusalém Oriental.

Entretanto, o governo e as forças armadas israelenses equivocadamente consideram como terroristas tanto os grupos nacionalistas identificados com a ANP (Autoridade Nacional Palestina) e Arafat, quanto os militantes do Hamas e Jihad Islâmico, atribuindo toda a responsabilidade pelos atentados suicidas a Arafat. Diluindo-se as linhas distintivas, tornou-se difícil identificar interlocutores válidos para avançar em direção a negociações de paz, fortalecendo, ao mesmo tempo, os radicais que apoiam Sharon na caracterização de todos os palestinos, incluindo Arafat, como terroristas.

Após a invasão e destruição das cidades da Cisjordânia, Arafat e Sharon estão cada vez mais distantes de estabelecer um cessar-fogo e de entabular negociações, para chegar a um acordo de paz. Arafat não cumpriu sua promessa feita no acordo de Oslo de evitar ataques de terroristas a partir de territórios controlados pela ANP- Autoridade Nacional Palestina. Mas, também Sharon falhou, não oferecendo aos palestinos qualquer perspectiva confiável de realizarem seus objetivos por meios não-violentos.

A consequência mais direta da “guerra” travada é o isolamento de Israel de países



amigos que o apoiaram e a deterioração de seu nome e prestígio perante a opinião pública mundial.

Com todo o esforço de seu potencial militar, Sharon não foi capaz de fazer parar os ataques de guerrilhas suicidas, enquanto se destruía a tênue esperança de israelenses e de palestinos, na possibilidade de um acordo justo para atender as reivindicações e expectativas dos dois povos.

Sharon e seu grupo de apoio parecem não aceitar uma questão de princípio fundamental para qualquer movimento em direção à paz. Israel deverá abandonar a maior parte dos territórios conquistados em 1967, para que possa surgir um Estado palestino viável na faixa ocidental e em Gaza.

Pior ainda, os ultranacionalistas – do partido Nacional Religioso – incorporados ao governo opõem-se à soberania palestina na faixa ocidental do rio Jordan e propõem uma futura emigração dos palestinos do país. Neste contexto, as propostas de Colin Powell de um avanço gradual, passo a passo em direção à paz parecem totalmente irrealistas: na verdade, um “salto” direto para sentar à mesa de negociações é ainda menos provável, tendo em vista o fosso que separa Sharon e Arafat.

Uma alternativa de superar o gradualismo, por mais distante que possa parecer, seria a constituição de uma força de segurança internacional encarregada da imposição da Resolução 242 de 1967 composta pela União Europeia, EUA, Rússia e as Nações Unidas.

A visita de Colin Powell teve entre seus objetivos oferecer a Arafat a “última chance” de declarar um armistício e de deter as milícias e os ataques-suicidas.

Entretanto, ficou patente que mesmo declarando tal armistício, Arafat não teria condições de implementá-lo. Assim,

também Sharon afirma procurar estabelecer um processo político “sem Arafat”, considerado chefe do terror. Na espera de surgimento de uma liderança palestina “responsável”, as tropas permanecem, apesar das promessas feitas a G.W. Bush, agravando o impasse.

Os últimos remanejamentos na Knesset – o parlamento israelense – com a incorporação ao bloco governista do grupo ultranacionalista de E. Eitan, a possível adesão do partido Gesher (D. Levy) e, posteriormente, da União Nacional – Pátria Israel dirigida por A. Lieberman, um imigrante russo, claramente prenunciam o endurecimento do governo, com a possível saída dos Trabalhistas (Shimon Peres – Relações Exteriores e Benjamin Ben Eliezer – Defesa).

### **Aonde vamos?**

Mesmo no caso hipotético de um cessar-fogo, as negociações sobre a desocupação do território da margem ocidental, com o desmantelamento dos assentamentos, a divisão de Jerusalém e, sobretudo, a questão do retorno dos refugiados, enfrentarão obstáculos praticamente insuperáveis.

Concomitantemente, cresce a onda de protestos no mundo árabe, levando milhares às ruas marchando, gritando palavras de ordem contra Israel e os EUA. Esses movimentos são dificilmente controlados pelos respectivos governos, criticados por sua passividade, enquanto aumenta diariamente o número de voluntários dos grupos radicais palestinos e árabes em geral.

Não se pode ignorar que a revolta dos palestinos mobilizou quase toda a população dos territórios, potencializando o exército de “mártires” dispostos ao sacrifício de suas vidas.

Também, não é possível esquecer que a política de ocupação sistemática dos



territórios por assentamentos iniciou-se nos sucessivos governos trabalhistas nos anos 60, recebendo forte impulso com a ascensão ao poder do Likud, em 1977.

Israel voltou a ser paria no cenário internacional, perdendo não somente a simpatia de países amigos, mas recebendo ameaças de sanções econômicas da União Europeia – seu maior parceiro comercial.

Importa afirmar publicamente a necessidade de entregar os territórios, evacuar os assentamentos e devolver a parte oriental de Jerusalém. O ponto mais controvertido – a volta dos refugiados – deverá ficar para negociações posteriores, com a participação dos países árabes, os EUA e organizações internacionais.

Se, apesar de todos os esforços, a posição dos palestinos permanecer irredutível, enquanto ocorra um endurecimento da posição dos israelenses, cada vez mais na dependência de apoio dos ultrarradicais, a situação da região do Oriente Médio se tornará insustentável – um beco sem saída, com profundas implicações para o equilíbrio geopolítico e a estratégia da superpotência que pretende lançar-se, após a guerra “vitoriosa” no Afeganistão, em nova aventura contra o Iraque.

A situação é tão desesperadora que os líderes da oposição israelense chegaram a propor algo inimaginável até há pouco tempo atrás: a criação, à semelhança de que foi feito nos Bálcãs nos anos 90, de um protetorado internacional para os territórios ocupados, para restaurar a calma, até a definição final de seu status e futuro.

Isto exigiria uma retirada das tropas israelenses para convencer os palestinos da seriedade do processo, enquanto daria

aos israelenses o sentimento de segurança tão almejado.

Por enquanto, as duas lideranças não parecem inclinadas a aceitar tal proposta – os israelenses alegam que tal movimento significaria uma vitória dos “terroristas”, enquanto os palestinos afirmam que seria uma derrota da luta pela independência.

Mas, independentemente da aceitação por israelenses e palestinos, quem fornecerá as tropas para tal iniciativa?

Uma análise lúcida do conflito é apresentada por Amos Óz, escritor israelense bastante conhecido no Ocidente. (Ver “Travamos duas guerras”, em *Folha de S. Paulo*, 07 de abril de 2002). Óz faz a distinção entre a luta de palestinos para libertar-se da ocupação e construir um Estado, independente. A outra guerra – a do islã fanático da Jihad, do Hamas e outros grupos terroristas – pretende destruir Israel e expulsar os judeus de sua terra. Segundo Óz, Arafat está travando as duas guerras simultaneamente, como se fossem uma só. Os seus guerreiros e “mártires” não fazem nenhuma distinção entre as duas, atacando indistintamente, militares e civis. Do lado de Israel, também prevalece o argumento simplista que permitiria a seus soldados reprimir todos os palestinos, pelo fato da “Jihad” islâmica total ser conduzida contra seus cidadãos. Óz também propõe a retirada dos territórios para afastar-se do controle de uma população hostil.

Somente com o fim da Jihad seria possível sentar-se à mesa das negociações da paz; caso contrário, Israel não teria outra saída do que lutar por sua sobrevivência, até o fim, com todas as possíveis implicações para o precário equilíbrio no Oriente Médio e no mundo atual.